

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

THAÍS DOS SANTOS SILVA

**INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: O CASO
PETROBRAS NOS GOVERNOS PT**

Artigo de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva

UBERLÂNDIA – MG
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que em sua infinita bondade tem me abençoado de me maneira sem medida e me agraciado todos os dias com saúde física e mental durante esses quatro anos de graduação.

Aos meus pais, minha inspiração de determinação e fé, meus mais sinceros agradecimentos, por todo apoio e incentivo demonstrados desde o início, provendo sempre muito mais que o necessário e abdicando dos próprios interesses para que eu pudesse chegar aqui.

À minha irmã, o meu muito obrigado pela parceria e amizade de sempre.

À toda minha família que de alguma forma contribuiu para que eu chegasse aqui, minha sincera gratidão.

Sou grata também aos meus amigos que estiveram presente ao longo da caminhada, tornando-a mais leve e divertida, com certeza serão sempre lembrados e guardados nas memórias construídas ao longo desses anos.

À UFU, todo meu carinho e gratidão, por me fazer uma pessoa melhor e por transpirar conhecimento através de cada professor.

Por fim, um agradecimento especial ao meu professor orientador Cássio Garcia, por todo empenho e tempo dedicado para que eu conseguisse concluir este trabalho, seu apoio foi fundamental.

Resumo

Ao longo da história, muito se discutiu sobre o grau de intervenção do Estado no domínio econômico. O presente trabalho busca analisar o período entre os anos de 2003 e 2013, chamado de “neodesenvolvimentista”, no qual as políticas implementadas pelos governos PT tiveram grande impacto no crescimento econômico brasileiro. A análise se dá em torno da Petrobras, estatal de grande relevância neste período, instrumento de transformação produtiva e estrutural, capaz de influir sobre diversos setores da economia e gerar encadeamentos que foram fundamentais para o bom desempenho econômico neste período.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Petrobras; Investimento; Políticas Públicas; Anticíclica; “Governo PT”.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2 INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO DURANTE O SÉCULO XX: CONTEXTOS INTERNACIONAL E BRASILEIRO..... | 5 |
| 3 O NEODESENVOLVIMENTISMO DURANTE OS GOVERNOS PT..... | 9 |
| 4 A MOBILIZAÇÃO DA ECONOMIA POR INTERMÉDIO DA PETROBRAS DURANTE OS GOVERNOS PT..... | 14 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 27 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 28 |

Introdução

A economia brasileira vivenciou nos anos 2000, em particular após 2003, um período de crescimento econômico elevado em relação as duas décadas anteriores. O crescimento apresentado nesse período não chega ao mesmo nível vivido nos anos de ouro da economia brasileira, porém, pela primeira vez depois de um longo período o país voltou a atingir taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% em média entre os anos de 2004 e 2008.

Apesar do contexto externo favorável às exportações de *commodities* brasileiras com o aumento da demanda chinesa, as variáveis mais relevantes para a ocorrência do crescimento econômico a partir de 2004 foram os componentes internos da demanda agregada, consumo e investimento. Em particular, entre 2006 e 2008, há um ciclo de investimentos no Brasil que não se observava desde o final dos anos 1970.

Este trabalho tem como objetivo investigar como a Petrobras foi utilizada como agente de desenvolvimento durante os anos nos quais se vigorou o chamado neodesenvolvimentismo e qual a importância do papel do Estado no crescimento alcançado entre 2003 e 2013. Os resultados deste estudo evidenciam o importante papel desempenhado pelo setor de petróleo durante os anos dos governos PT, com destaque para a Petrobras, do ponto de vista do potencial de realização de investimentos autônomos e também dos encadeamentos positivos que esta é capaz de gerar no domínio econômico.

A relevância do estudo se evidencia a partir das mudanças que têm sido implementadas na agenda de desenvolvimento brasileiro a partir do governo Temer, com importantes implicações sobre a Petrobras, gerando desencadeamentos sobre a economia como um todo, dado o protagonismo.

O artigo se apoia em revisão bibliográfica, pesquisa documental e coleta e análise de dados secundários. A revisão bibliográfica se debruça sobre a literatura concernente a temas como intervenção do Estado no domínio econômico, políticas setoriais e o neodesenvolvimentismo. A pesquisa documental foi construída a partir de relatórios da Petrobras e da Agência

Nacional do Petróleo (ANP). No que se refere à coleta e análise de dados secundários, este artigo se apoia em dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) e Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).

Na primeira seção deste artigo, será discutido de maneira geral a trajetória de intervenção do Estado no domínio econômico, dando foco no século XX e analisando o contexto internacional e brasileiro. Já na segunda seção, é feita uma apresentação do período chamado de “Neodesenvolvimentismo” e sua consolidação na economia brasileira de acordo com a literatura. Por fim, na última seção é feita uma análise da importância da política neodesenvolvimentista para a Petrobras e como esta é capaz de gerar encadeamentos e mobilizar a economia brasileira.

1. Intervenção do Estado no domínio Econômico durante o século XX: contextos internacional e brasileiro

Ao longo da história, o papel desempenhado pelos Estados no domínio econômico variou consideravelmente, passando pelo mais completo abstencionismo até a exagerada intervenção. De acordo com Menezello (2002), no século XIX, a ideia central que pairava sobre a economia era de que o Estado deveria abster-se de intervir no mercado, buscando cuidar apenas dos direitos consagrados à pessoa humana, distribuindo a justiça, preservando a propriedade e a ordem pública. Não havia, naquele período, a interferência direta do Estado na economia.

Com a Revolução Industrial e o rápido crescimento econômico gerado naquela época, verificou-se o crescimento da desigualdade social, o que acarretou o início das associações entre os trabalhadores para exigir melhores condições de trabalho. Assim, passou-se a exigir uma maior intervenção do Estado, visando amenizar a crise social que havia se instalado e buscando garantir o mínimo de direitos aos trabalhadores.

Conforme preleciona Celso Bastos, foram as Constituições do século XX que passaram a conter dispositivos delineando as linhas mestras da

estruturação econômica do Estado, em razão dos abalos da ordem econômica causados pelas guerras e crises na economia. De acordo com Bastos (1999), assim é que o sistema liberal de organização econômica “foi amenizado ou enfraquecido pela adoção de normas autorizadoras da intervenção do Estado em certos domínios, nacionalizando (...) algumas atividades (...) e conferindo poderes ao Estado para regulamentar outras”.

Conforme Oliveira (1997), a partir daí a intervenção estatal não se limitou apenas à regulamentação da ordem econômica, mas também na participação em setores de prestação de serviços e produção de bens, o que até então eram próprios da iniciativa privada. “Desta forma, o Estado passa a agir como empreendedor, tornando-se um verdadeiro empresário”. No entanto, houve resistências a este novo modelo e o mesmo só se desenvolveu com maior fluidez após a crise de 1929.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, contar com o auxílio do Estado na intervenção econômica foi a forma encontrada para vencer a crise enfrentada pelo capitalismo que já durava anos. A intervenção direta do Estado no domínio econômico passou a contemplar tanto os serviços públicos propriamente ditos, como também, e principalmente a partir daí, os serviços específicos da atividade econômica empresarial, como empreendimentos comerciais e industriais.

As melhorias na condição de vida da população, o aumento da expectativa de vida e concessões de benefícios como assistência social, educação e saneamento oferecidos a todos, refletiram o intervencionismo do Estado para assegurar o bem-estar social. No entanto, estas melhorias aconteceram juntamente com uma elevação significativa de gastos do governo, necessária para que as atividades sociais e econômicas que se havia proposto pudessem ser executadas.

No Brasil, como no restante da América Latina, o Estado desenvolvimentista começou como resposta à crise de 1929. Segundo Schneider (2013), foi nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) que se iniciou a criação das instituições e políticas que mais tarde seriam

os principais instrumentos de desenvolvimento liderado pelo Estado: a proteção tarifária e o comércio administrado (anos 1930); as empresas estatais de aço (anos 1940 e 1950); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (anos 1950); uma empresa estatal de Petróleo (Petrobras, anos 1953); e as políticas setoriais para a implantação de uma indústria automobilística.

Com o intenso processo de urbanização brasileiro na primeira metade do século XX e o decorrente aumento da demanda por bens de consumo, percebeu-se então que o Brasil ainda não possuía uma indústria de base capaz de suprir a própria demanda interna. Sendo assim, nesse período o país foi obrigado a aumentar significativamente suas importações, principalmente de bens básicos, manufaturados, farmacêuticos, químicos e petrolíferos, o que influenciaria posteriormente na decisão da escolha por um modelo de substituição de importações, visando diminuir o saldo de importações.

Além disso, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, desenvolveu-se o pensamento estruturalista, o qual visava mostrar aos países periféricos que sua industrialização não ocorreria da mesma maneira que em países centrais. Isto porque a deterioração dos termos de intercâmbio ou trocas desiguais prejudicava estes, os quais, sem a intervenção do Estado no domínio econômico não se industrializariam. Desta forma se considerarmos o desenvolvimento um fruto da industrialização, os países periféricos não se desenvolveriam.

Implementa-se então com Getúlio Vargas, o chamado processo de “Industrialização por Substituição de Importações”. Este processo tinha como objetivo uma industrialização fechada, ou seja, voltada para dentro, visando o mercado interno. No entanto, seria extremamente dependente de políticas governamentais que protegessem a indústria nacional em relação aos seus concorrentes internacionais e um Estado além de interventor, responsável pela criação das indústrias de base que o país necessitava.

A partir dos anos 1940, já tínhamos algumas estatais criadas por Getúlio Vargas. Porém, é a partir dos anos 1950 que se fortalece o desenvolvimento conhecido como “ultranacionalista” e se dá início à criação de grandes e

importantes estatais brasileiras, buscando implementar uma indústria de base de qualidade no país. São criados nesta fase, além de empresas, bancos de desenvolvimento, que tinham como objetivo gerar grande impacto no desenvolvimento da indústria nascente daquela época e financiar projetos de infraestrutura.

De acordo com Tenório (1997), nos anos seguintes, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, evidenciou-se a continuação desta linha nitidamente intervencionista, pois o plano era respaldado, ideologicamente, pelo pensamento econômico desenvolvimentista. O plano não era globalizante mas procurava atender prioritariamente a quatro setores: energia, transporte, agricultura e alimentação e indústria de base. Desta forma, o Estado brasileiro passa a atuar de forma mais enfática no processo de reestruturação nacional, principalmente no que diz respeito à industrialização.

A ação do setor público no plano nacional, visando o desenvolvimento do país, tinha como característica, uma ação direta no fornecimento de insumos básicos e criação de infraestrutura que favorecesse o processo de industrialização. Segundo Ianni (1986, pag. 72), as estratégias políticas de desenvolvimento que eram implantadas através de decisões “orientadas no sentido de criar um sistema econômico de tipo nacional”, a fim de superar a dependência em relação ao centro via substituições de importações, passou a ser orientada “no sentido de desenvolver um sistema capitalista do tipo associado”, o que neste caso temos como exemplo a indústria automobilística, que procurou realizar o desenvolvimento econômico por meio da reelaboração das condições de dependência.

As empresas estatais criadas nos anos seguintes, desempenharam um papel importante para o Brasil atingir um crescimento econômico recorde no início da década de 70, o chamado período do “milagre econômico”. Foram essas empresas que criaram bases para o desenvolvimento da indústria nacional e para receber as estrangeiras nos anos posteriores. Apesar disso, há controvérsias no que diz respeito à intervenção do Estado em atividades diretamente produtivas em economias de caráter capitalista. Existe uma

ambiguidade em torno do papel da empresa estatal em economias de mercado, que caracteriza um comportamento oscilante entre sua face estatal – que a leva a realizar objetivos políticos e de natureza macroeconômica, e sua face empresarial – que privilegia interesses particulares ou microeconômicos.

Segundo Abranches (1979), é em razão deste seu duplo caráter que a empresa estatal conta com recursos de ordem política a econômica, distintos daqueles que a empresa privada é capaz de mobilizar. Mas, por outro lado, sofre limitações a nível macropolítico e macroeconômico, que não são, da mesma forma, aplicáveis a empresas privadas. Assim, por ser, ao mesmo tempo, empresa e Estado, este tipo de organização recebe benefícios e vantagens, mas, por outro lado, pode sofrer restrições concretas que a obriga, muitas vezes, a sacrificar seus interesses imediatamente empresariais para atender a necessidades da economia em seu conjunto ou submeter-se a orientações de ordem político-econômica, que transcendem à esfera própria da atividade empresarial.

2. O Neodesenvolvimentismo durante os governos PT

Após um período marcado pela frente neoliberal, a frente política neodesenvolvimentista começou a se formar no decorrer da década de 2000, mais precisamente a partir do governo Lula. Para Carneiro (2005), o neodesenvolvimentismo tem dois eixos: 1) o eixo nacional está relacionado à inserção da economia brasileira na economia globalizada, mas especificamente na atração de investimento externo em alta tecnologia, regulação dos fluxos de capital, mas também na adoção de políticas industriais ativas, escolhendo e protegendo setores estratégicos; e 2) o eixo social que está relacionado à expansão de bens públicos como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte público, mas também ao crescimento do emprego e da taxa salarial.

Deste modo, o novo desenvolvimentismo seria a política estatal e a ideologia encarnadas pelo governo Lula, que ao mesmo tempo em que manteve a hegemonia do grande capital, intensificou a participação direta das frações da

burguesia nacional. Contudo, para as grandes massas, a política se reduziu ao plano eleitoral, passando por forte despolitização. O grande apoio político popular se deu ao governo Lula de maneira passiva, enquanto o Estado se encarregava de implementar políticas sociais (ALMEIDA, 2012).

Devido às semelhanças do governo Vargas com as políticas implantadas no período neodesenvolvimentista, assume-se aqui este período como o de maior relevância para o estudo aqui apresentado, mesmo que a partir da segunda metade do século XX haja períodos onde o Estado atuou também de forma importante na economia.

Desta forma, o período Lula (2003-2011) constitui-se em um retorno, em alguns aspectos (dentro dos quais está o campo social), da política varguista e do velho desenvolvimentismo, buscando reformar o capitalismo brasileiro e empoderando o Estado frente ao mercado (SINGER, 2012). Esse retorno encontra suporte na literatura, que entende o governo Lula como neodesenvolvimentista, com ênfase nas políticas sociais. A diferença entre os dois períodos – Vargas e Lula – se dá no papel da sociedade civil no processo desenvolvimentista. A política capitaneada por Vargas e seus posteriores, desde 1930 até os anos 80, sobreviveu em regimes de exceção (1937-45 e 1964-85) e no regime democrático (1946-1964). A política capitaneada por Lula, embora tenha suas bases na política varguista no tocante ao campo social, busca ampliar o diálogo entre sociedade civil e Estado (BOSCHI, 2010), preocupação inexistente no modelo anterior.

Além disso, é importante destacar que o retorno do desenvolvimentismo se realiza em condições históricas e econômicas diferentes das que permitiram o início e o desenrolar do debate original durante o século XX (RIDENTI, 2009). De acordo com Boito Jr (2012), o terreno social, político e econômico de onde emerge o neodesenvolvimentismo no século XXI, possui características autênticas que dialogam com as recentes mudanças experimentadas nas duas primeiras décadas deste século, mas também carrega em seu interior o peso das tradições políticas e econômicas anteriores, como por exemplo a presença de

certos graus de populismo e nacionalismo nas relações entre o processo político brasileiro e o desenvolvimento do capitalismo.

O prefixo neo é empregado devido às muitas diferenças com o velho desenvolvimentismo do período de 1930-1980. De acordo com Boito e Berringer (2013, p.32), o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento da época do capitalismo neoliberal e convém destacar seis diferenças.

O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva de renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista.

Essas seis características, vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa com menos ambições que seu antecessor, e estas características advém do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista neoliberal.

Segundo Barroso de Castro (2013), como protagonista do neodesenvolvimentismo, o governo Lula firmou a estratégia de dinamizar as políticas sociais públicas brasileiras com os programas de transferência de renda, entre os quais se destaca o Programa Bolsa Família. Ao longo dos dois mandatos de Lula, tal estratégia se mostrou contraditória, pois buscava conciliar as diretrizes do receituário neoliberal com a pauta desenvolvimentista. Isto porque ao expandir programas de transferência de renda como o Bolsa Família, o governo Lula vai contra o pressuposto de que o neodesenvolvimentismo tem menor capacidade distributiva de renda e tenta atacar o problema do desenvolvimento não somente através de políticas sociais públicas mas também transferindo renda à população, o que soa contraditório a agenda neoliberal.

Sendo assim, a política desenvolvimentista da “Era Lula” é mesclada aos aportes neoliberais, consubstanciando uma orientação que é dita como

desenvolvimentista e social. O projeto nacional de desenvolvimento de Lula seria dirigido principalmente para as necessidades dos pobres – empregos, educação, saúde e, especificamente, alimentação. Para que esses objetivos fossem atingidos, o governo Lula enfatizou a necessidade de estabilidade macroeconômica, principalmente a administração responsável das finanças públicas. Segundo Erber (2011), o crescimento seria resultado de um aumento das poupanças e investimentos, com foco no mercado interno. Além disso, reformas institucionais eram previstas, nos campos fiscal, previdenciário, agrário, da legislação trabalhista e político.

Apesar de iniciado sob o consenso de restrições externas, o governo Lula foi grandemente beneficiado, entre meados de 2003 e a crise de 2008, por uma expansão do comércio e da liquidez internacionais, concentrado o primeiro em *commodities* primárias e produtos semielaborados, nos quais o Brasil conta com incontáveis vantagens comparativas.

A convenção neodesenvolvimentista foi proposta inicialmente no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) 2003-2007 e ampliada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), além de tentativas de estabelecer parcerias público-privadas. A partir de 2006, foi reforçada pela mudança de equipe no Ministério da Fazenda e pela reeleição do Presidente Lula. Nos anos seguintes encontra sua forma no Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Como dito por Erber (2011, p.46), a convenção neodesenvolvimentista se apoia em cinco pilares que justificam sua denominação.

1- Investimento em infraestrutura (principalmente energia, logística e saneamento), a ser feito majoritariamente por empresas estatais e privadas, com o financiamento do BNDES e, em menor grau, diretamente pelo Estado. Parte destes investimentos responde a carências há muito identificadas e podem ser vistos como a “recuperação do atraso”. No entanto, a descoberta de grandes jazidas de petróleo em águas muito profundas (o pré-sal) abre a perspectiva de enormes investimentos nesta área e, a seguir, da remoção da restrição de divisas pela exportação de petróleo e seus derivados. Para tanto, porém, será necessário equacionar adequadamente as condições institucionais que regerão a exploração desta área e o esquema de financiamento para os referidos investimentos, que, na sua maior parte, serão realizados

após a conclusão do PAC atual. **2-** Investimento residencial incentivado pelo crédito, público e privado, amparado por maiores garantias dos credores. Buscava-se aqui também reduzir o enorme déficit habitacional do país (estimado em 6 milhões de residências) e da baixa participação do crédito para este fim no PIB (menos de 2%). **3-** círculo virtuoso entre, de um lado, o aumento de consumo das famílias — derivado dos aumentos do salário mínimo, das transferências do Bolsa Família, da expansão do emprego formal e do crédito — e, do outro lado, o aumento do investimento em capital fixo e inovação, incentivado pela de-soneração fiscal e pelo crédito dos bancos públicos. **4-** Investimento em inovação, amparado por incentivos fiscais, crédito subsidiado e subvenções. **5-** Política externa independente, que privilegia as relações com outros países em desenvolvimento (seja da América Latina, seja do grupo BRIC) e busca afirmar o papel do Brasil como protagonista do processo de mudanças na arquitetura institucional mundial.

Desta forma, o Estado passa a assumir um papel fundamental no processo de desenvolvimento, recuperando, inclusive, o protagonismo das empresas estatais e dos bancos públicos, o que havia se perdido durante o período liberal. No que diz respeito aos dois primeiros pilares e ao último, percebe-se uma atualização da antiga proposta desenvolvimentista. É restabelecida a tradicional coalizão entre empreiteiras da construção pesada e leve, fornecedores de insumos e equipamentos e seus empregados com o governo.

A capacidade local de inovação é talvez um dos mais importantes pilares dentro dessa agenda. Sendo assim, o quarto pilar é bem representado pela PITCE de 2003, a qual tinha um forte componente heterodoxo em sua agenda, estabelecendo claras prioridades setoriais e tecnológicas.

No primeiro pilar devemos destacar a importância da descoberta do pré-sal para os níveis de investimento que refletiriam positivamente nos resultados econômicos não só da estatal brasileira, Petrobras, mas em toda cadeia econômica e social impactada pelo bom resultado econômico nesse período, além de possibilidades de maior inserção no comércio internacional no que diz respeito à exportação de petróleo e derivados. Porém, para que isso fosse possível, questões institucionais e de financiamento, precisariam ser pensadas adequadamente.

Do ponto de vista neodesenvolvimentista, a política fiscal foi a mais eficaz, principalmente se analisada como forma de combate à crise de 2008-9. A meta de superávit primário foi reduzida para 2,5% do PIB e os investimentos da Petrobras excluídos do cálculo. A antecipação do aumento do salário mínimo, juntamente com o aumento do valor e da cobertura do Bolsa Família e redução de impostos sobre bens de consumo, fomentou o consumo das famílias e movimentou a economia. Além disso, com a ampliação dos recursos do BNDES e a redução da TJLP, o investimento foi estimulado, também pelos incentivos fiscais para bens de produção e pela manutenção dos investimentos do PAC, os quais foram ampliados por um novo programa de habitação popular. Com tudo isso, o Estado brasileiro se mostrou extremamente eficaz na reação à crise, apresentando uma recuperação da economia já no segundo semestre de 2009.

Em suma, a convenção neodesenvolvimentista do governo Lula também reúne um conjunto de relevantes interesses, econômicos e políticos. Além disso, a prioridade dada à população de renda mais baixa, manifesta na redução dos índices de pobreza e desigualdade, constituiu uma modificação crucial na agenda de desenvolvimento se comparada às outras convenções e o bom desempenho econômico durante esses anos evidenciam o conjunto de medidas implementadas e a melhoria estratégica e de planejamento.

3. A mobilização da economia por intermédio da Petrobras durante os governos PT

Com a recuperação do fundamental papel do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro devido à lógica neodesenvolvimentista atuante entre 2003 e 2013, as empresas estatais ganharam um novo direcionamento que permitiu avanços e melhorias significativas durante esse período. Neste trabalho, a análise será feita em torno da Petrobras, estatal de grande relevância econômica para o país e que foi um dos principais alvos do

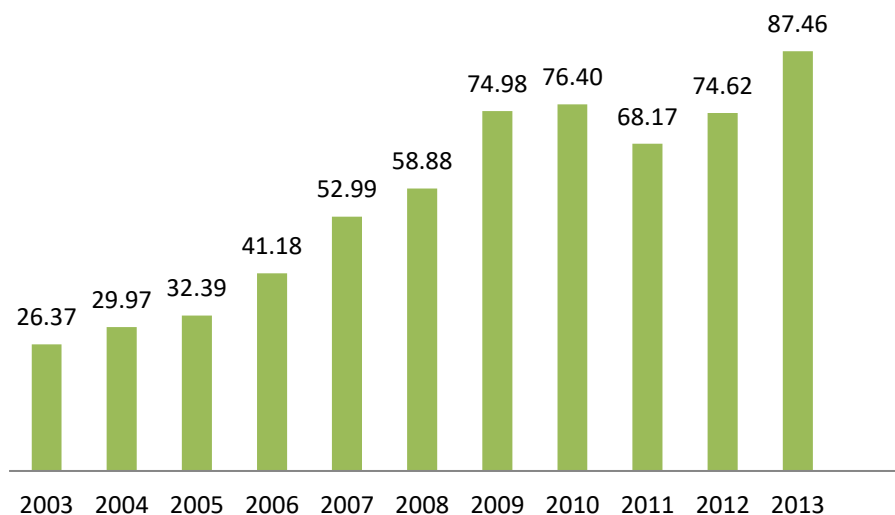
neodesenvolvimentismo, dado sua necessidade de investimento e capacidade de gerar impacto em outros setores da economia.

No período de vigência do neodesenvolvimentismo, a Petrobras cresceu consideravelmente e passou a ser a maior empresa do Brasil. Em 2003, quando o governo Lula assumiu o governo, a Petrobras vinha de um período não muito favorável. O nível de investimento na empresa era relativamente baixo e o cenário internacional não cooperava para um desempenho satisfatório. No entanto, apesar das circunstâncias em que se encontrava a estatal, com a entrada de um governo neodesenvolvimentista outra realidade pôde começar a ser pensada para a Petrobras. É criado então o Planejamento Estratégico da empresa, feito anualmente. Neste, as metas para o ano seguinte são definidas e de acordo com essas, são realizados os orçamentos necessários para que as metas sejam cumpridas, como por exemplo, o valor de investimento que será disponibilizado no próximo ano.

Como o setor de petróleo é considerado um setor chave, ou seja, possui grande potencial de encadeamento produtivo, tanto para trás, como demandante de equipamentos e serviços especializados, quanto para a frente, como fornecedores de insumos, segundo Hirschman (1958), o Estado deve aproveitar essa capacidade e concentrar a condução da política de desenvolvimento produtivo nesse tipo de setor.

Por ser responsável por uma parcela considerável dos investimentos realizados na economia brasileira desde meados da década de 2000, a Petrobras se apresenta como uma importante dinamizadora do crescimento econômico e do desenvolvimento da estrutura produtiva. No gráfico abaixo é possível observar a evolução crescente dos Investimentos entre 2003 e 2013, o que é de grande valia para compreender posteriormente muitos dos bons resultados apresentados pela Petrobras e pela economia brasileira ao longo desses anos.

Gráfico 1 –Evolução dos Investimentos da Petrobras entre 2003 e 2013 (em R\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais da Petrobras
*Valores corrigidos de acordo com o IPCA – ano base 2010.

Os investimentos podem ser divididos em duas categorias: o autônomo, que vem à frente da demanda, e o induzido, que responde a uma demanda adicional, tanto por parte de consumidores quanto por setores que estão a frente na cadeia produtiva. No caso de setores-chave, como o caso da Petrobras, é essencial que se exerça esse papel de investidor autônomo, guiados pela política estatal de desenvolvimento.

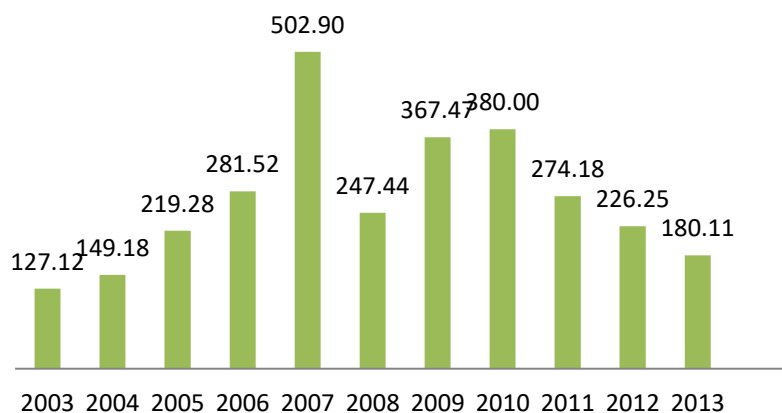
Segundo Loural (2016), os investimentos em infraestrutura e investimentos de famílias (principalmente construção residencial), se referem a estas inversões autônomas, as quais são definidas por políticas governamentais e pela institucionalidade existente no país. Desta forma, esta frente se constituiu, na primeira década dos anos 2000, como um importante componente da expansão de investimentos no Brasil, com um destaque maior para os investimentos em infraestrutura.

No âmbito do pré-sal, a Petrobras, aparece como uma fonte de investimento autônomo, ou seja, o gasto com ampliação de capacidade produtiva através de investimentos em infraestrutura, acontece à frente da

demanda e pôde potencializar um ciclo expansivo na economia nos anos seguintes. A partir desta descoberta, a empresa teria o potencial de situar o Brasil entre os países com os maiores reservatórios de petróleo e gás no mundo, além de influenciar nos próximos anos no aumento da produção e em outras variáveis capazes de influenciar fortemente o valor de mercado da Petrobras. Outro importante fator para o crescimento do investimento nesse período foi a maior participação maciça do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no financiamento de longo prazo e também de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para a realização de investimentos em infraestrutura e de grande relevância para a economia brasileira durante esses anos.

Estes acontecimentos aqueceram as expectativas e incentivaram ainda mais os investimentos. Dada essa trajetória exponencial de crescimento, em 2007, a estatal alcançou seu maior valor de mercado da história. No gráfico 2 fica evidente a evolução do seu valor de mercado nos primeiros anos do governo Lula.

Gráfico 2 – Valor de Mercado da Petrobras (em R\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Relatórios Anuais da Petrobras
*Valores corrigidos de acordo com o IPCA – ano base 2010.

São muitos os motivos que levaram a essa valorização tão expressiva no ano de 2007. De acordo com informações do Relatório Anual (2007), este ano

foi marcado por forte elevação dos preços do petróleo, revertendo a tendência de queda verificada no final de 2006. Um excesso de demanda de petróleo e queda nos estoques explica essa reversão de tendência e também o aumento especulativo em torno da estatal, colaborando desta forma para sua elevação de preço de mercado.

No ano seguinte, como é possível observar no Gráfico 1, o investimento manteve sua trajetória de crescimento e estava alinhado à estratégia da companhia de ampliar a atuação nos mercados de petróleo, derivados, petroquímicos, gás e energia, biocombustível e distribuição, com destaque para a ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural no País.

Segundo o Relatório Anual da Petrobras de 2008, do total investido neste ano, 49,1% concentraram-se na área de Exploração e Produção (E&P), buscando viabilizar o crescimento da produção e das reservas de petróleo e gás natural. Esta porcentagem investida em E&P contribuiu para que se realizasse a reposição das reservas e para que se tivesse conhecimento dos reservatórios da camada pré-sal.

Ainda no decorrer de 2008, a incerteza e a crescente aversão ao risco dos agentes econômicos, caracterizaram os mercados acionários mundiais. Isto porque com o acirramento da crise hipotecária norte-americana, os prejuízos registrados pelas instituições financeiras internacionais e as expectativas de menores taxas de expansão da economia mundial, causaram um quadro de deterioração, em escala global, das expectativas de consumidores e investidores.

Na contramão da conjuntura econômica, a Petrobras aumentou seus gastos com a aquisição de ativos imobilizados. De acordo com Loural (2016), entre 2008 e 2010 a empresa adicionou por volta de 30% ao seu estoque de ativo imobilizado, impactando assim os movimentos apresentados pela indústria brasileira. Desta forma, a empresa foi fundamental na política anticíclica que estava sendo executada no país naquele momento de crise internacional.

A perseguição à meta fiscal não esteve no centro das decisões de política econômica neste período, havendo então uma maior liberdade para realização de gastos ou desonerações como forma de incentivar a atividade econômica.

Ao longo de sua trajetória, a Petrobras foi um importante instrumento de política pública, seja no sentido da busca pela autossuficiência brasileira em óleo cru e refinado, seja no desenvolvimento da indústria para-petroleira local. Além dos vários outros impactos gerados pela empresa, a Petrobras teve papel fundamental no desenvolvimento do parque de fornecedores domésticos e foi a primeira estatal do país a adotar uma política de compras direcionada ao mercado doméstico.

A partir do governo Lula, a política de conteúdo local se torna um dos principais instrumentos de política industrial do país. Na tabela abaixo é possível perceber que os requisitos de conteúdo local nas etapas de exploração e desenvolvimento e produção aumentaram de maneira expressiva entre o governo FHC e os governos do PT.

Tabela 1 – Conteúdo local médio estabelecido nas rodadas de licitações da ANP

| | CONTEÚDO LOCAL MÉDIO – ETAPA DE EXPLORAÇÃO | CONTEÚDO LOCAL MÉDIO – ETAPA DE DESENVOLVIMENTO |
|------------|---|--|
| R1 (1999) | 25% | 27% |
| R2 (2000) | 42% | 48% |
| R3 (2001) | 28% | 40% |
| R4 (2002) | 39% | 54% |
| R5 (2003) | 78,8% | 85,6% |
| R6 (2004) | 85,7% | 88,8% |
| R7 (2005) | 74% | 81% |
| R9 (2007) | 68,9% | 76,5% |
| R10 (2008) | 79% | 84% |
| R11 (2013) | 61,5% | 75,6% |
| R12 (2013) | 72,6% | 84,5% |

Fonte: elaboração própria a partir de ANP (2018).

A Petrobras elevou os índices de conteúdo local em todos os investimentos por ela realizados entre 2003 e 2009, de 57% para 75%, respectivamente (Petrobras, 2010). Em 2011, a companhia de petróleo brasileira elaborou sua própria política de conteúdo local, “padronizando

procedimentos e adotando metas autoimpostas em todas as outras áreas de operação” (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013, p. 38). É evidente que a política de conteúdo local estimula a concorrência entre os fornecedores do país, principalmente na área de E&P, trazendo à tona benefícios como os ganhos em termos tecnológicos a esses fornecedores.

Esta política tem um potencial de encadeamento muito diversificado. A Tabela 2 abaixo mostra o volume de emprego formal entre 2003 e 2013 nas atividades auxiliares à exploração de petróleo, a saber: fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; construção de embarcações e estruturas flutuantes. Entende-se que estas sejam as atividades afetadas diretamente pela atividade da Petrobras.

Tabela 2 – Emprego formal e VTI na indústria parapetroleira (2003-2013)

| ANO | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | | Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo | | Construção de embarcações e estruturas flutuantes | | TOTAL | |
|------|--|------------|--|-----------|---|-----------|--------------------|------------|
| | Estoque de emprego | VTI | Estoque de emprego | VTI | Estoque de emprego | VTI | Estoque de emprego | VTI |
| 2003 | 8489 | 24.83.426 | 2840 | 734.334 | 14394 | 2.035.807 | 25723 | 5.253.567 |
| 2004 | 8635 | 3.473.445 | 4672 | 688.153 | 16993 | 2.482.053 | 30300 | 6.643.651 |
| 2005 | 9692 | 3.136.395 | 5154 | 1.082.638 | 19312 | 2.126.005 | 34158 | 6.345.038 |
| 2006 | 27910 | 3.423.619 | 4994 | 837.281 | 22956 | 8.372.801 | 55860 | 12.633.701 |
| 2007 | 25976 | 4.197.586 | 5160 | 1.156.501 | 23306 | 2.514.733 | 54442 | 7.868.820 |
| 2008 | 36066 | 6.185.620 | 6975 | 1.373.092 | 26970 | 2.685.123 | 70011 | 10.243.835 |
| 2009 | 39910 | 7.871.219 | 6488 | 1.451.173 | 29448 | 3.545.337 | 75846 | 12.867.729 |
| 2010 | 22427 | | 6095 | 1.930.830 | 34341 | 3.609.640 | 62863 | 5.540.470 |
| 2011 | 25875 | 10.652.728 | 7384 | 1.844.684 | 36563 | 4.348.853 | 69822 | 16.846.265 |
| 2012 | 30234 | 12.378.047 | 8038 | 2.014.998 | 47529 | 5.100.561 | 85801 | 19.493.606 |
| 2013 | 28830 | 10.987.238 | 8241 | 2.004.854 | 52892 | 6.847.585 | 89963 | 19.839.677 |

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTEe PIA/IBGE

* Em R\$ 1.000,00. Valores monetários corrigidos pelo IPCA (2017 = 100).

Entre 2003 (primeiro ano do governo Lula) e 2013 (penúltimo ano do mandato do governo Dilma), o emprego formal na indústria parapetroleira¹ do país mais que triplicou, saltando de 25.723 para 89.963. No que diz respeito ao

¹ Indústria fornecedora de bens e serviços específicos para o setor de exploração e produção (E&P).

VTI, o crescimento foi ainda mais expressivo, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 19,8 bilhões nesse mesmo período. Estes resultados demonstram a eficácia na política implantada e o cumprimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico da empresa.

O mercado de trabalho brasileiro, que historicamente é marcado por desemprego elevado, baixos salários e alto nível de empregos informais, apresentou nesse período um resultado extremamente positivo, isso se deve em grande parte à política de conteúdo local, a qual, puxada pela Petrobras, desencadeou em um aumento do emprego formal em outros setores também, devido a poderosa capacidade da estatal de ditar tendência ao mercado. Desta forma, o aumento de empregos formais alinhados com as políticas de transferências de renda que se consolidaram neste período, como o Bolsa Família, contribuíram para uma relativa melhora não só no mercado de trabalho, mas na distribuição de renda no país nos anos 2000.

Este aumento dos empregos formais refletiu de certa forma também na queda da taxa de desemprego, que saiu de 12% em 2002 para 5% em 2012, conforme preleciona Loural (2016).

Através da capacidade de gerar encadeamentos, essa diminuição do desemprego acarretou em uma melhor distribuição de renda que contribuiu não somente para a diminuição da desigualdade social, mas impactou diretamente no consumo, que foi fundamental para o crescimento neste período, em grande parte puxado pela demanda interna que também foi beneficiada pela expansão do crédito e pelos financiamentos do BNDES.

No que tange ao desempenho da empresa, apesar dos esforços com as políticas anticíclicas para atenuar a crise externa, a reversão da trajetória de alta no preço do barril de Petróleo, que seguiu a tendência das demais commodities, foi uma das consequências do agravamento do quadro econômico e financeiro global que impactou a estatal. Segundo o relatório anual da Petrobras (2007), o preço do óleo caiu no segundo semestre do ano, passando de US\$ 93,89 por barril, ao final de 2007, para US\$ 41,76 por barril, ao final de 2008, uma queda de 56%.

Mesmo com a previsão de que as economias dos países desenvolvidos seriam as mais afetadas, os mercados acionários dos países emergentes estiveram expostos a um processo de realização de lucros. Após sucessivos ganhos anuais, a deterioração das expectativas promoveu, em 2008, significativas quedas nos valores de mercado de companhias de diferentes setores, o que demonstrou que este movimento não era dirigido a um setor específico, mas sim uma tendência geral. A Petrobras também sofreu as consequências desta tendência e teve seu valor de mercado drasticamente reduzido em 50,8% se comparado ao valor alcançado no ano anterior.

Apesar do mau momento, a Petrobras iniciou o ano de 2009 acreditando na recuperação dos preços e da demanda de médio e longo prazos. Desta forma, os investimentos previstos no Planejamento estratégico foram mantidos e a empresa realizou um investimento de R\$ 74,9 bilhões, o que significa um valor 21% superior ao investido em 2008, confirmando assim a estratégia de crescimento integrado da companhia, focada em ampliar sua atuação nos mercados-alvo de petróleo, derivados, petroquímica, gás e energia, biocombustível e distribuição. Além disso, os investimentos neste momento eram de extrema importância para a continuidade da política anticíclica em vigor naquele período.

Ao elevar seus investimentos logo no início de 2009, a Petrobras conseguiu que o mercado interpretasse esse movimento de uma maneira positiva, resultando em expressivos ganhos ao longo do exercício, gerando retornos significativos para seus acionistas. Esta ação, combinada com os bons resultados operacionais, novas descobertas de petróleo e gás e da confirmação do enorme potencial da região do Pré-Sal, geraram um desempenho superior ao ano de 2008, finalizando o ano com a retomada da elevação do valor de mercado da companhia.

Ainda em 2009, para viabilizar os planos para os próximos 4 anos, a empresa necessitou obter empréstimos-ponte de US\$ 6,5 bilhões em instituições financeiras. Além disso, a Petrobras obteve também um financiamento de R\$ 25 bilhões do BNDES, que foi destinado a projetos

desenvolvidos pela companhia e por duas de suas subsidiárias: a Refinaria Abreu e Lima S.A (RNEST) e a Transportadora Associada de Gás (TAG). Estes recursos foram muito importantes para que a Petrobras pudesse esperar o melhor momento para acessar os mercados.

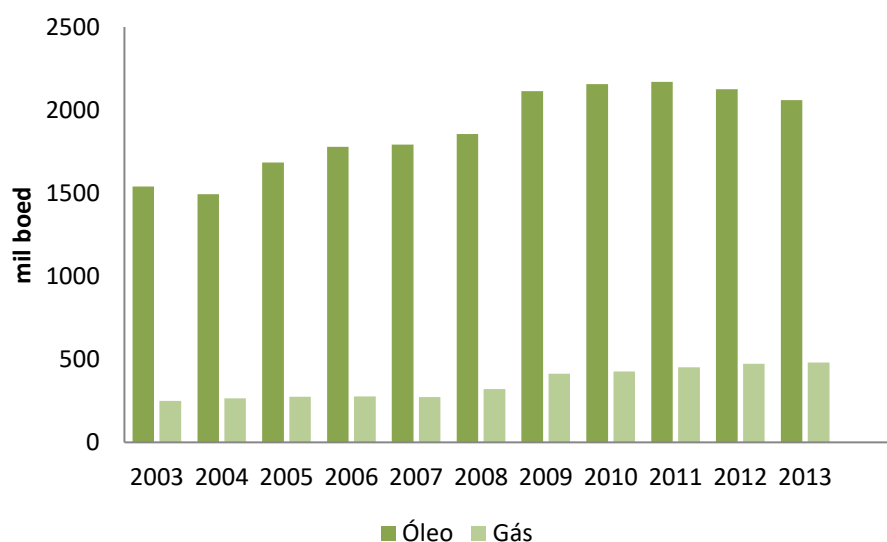
Os investimentos continuaram crescendo também no ano de 2010, principalmente na área de atividade exploratória e tecnologia, garantindo assim uma base para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva. A Área de Exploração e Produção recebeu volume recorde de investimento: R\$ 32,4 bilhões, correspondentes a 24% do total. Estes investimentos visaram o aumento da produção e das reservas de petróleo e gás natural e foram de grande importância para o bom desempenho da produção no ano seguinte.

Segundo dados do Relatório Anual da Petrobras (2010, pag 38), “no Pré-Sal, destacaram-se o Sistema Piloto de Lula (antiga área de Tupi), que iniciou sua produção no último trimestre, com capacidade nominal de 100 mil bpd de óleo e de 5 milhões de m³/dia de gás natural, e o início dos investimentos em oito FPSOs (unidades que produzem, armazenam e transferem óleo e gás) replicantes a serem utilizados no desenvolvimento da produção do polo Pré-Sal da Bacia de Santos.” As unidades são denominadas replicantes porque seus cascos idênticos são produzidos em série, permitindo maior rapidez no processo de construção e consequente otimização dos custos.

No que diz respeito ao valor de mercado, a empresa conseguiu um pequeno aumento em relação a 2009, alcançando um valor de R\$ 380 bilhões, porém, nada comparado ao recorde de 2007.

O ano de 2011 se destacou no âmbito da Exploração e Produção. Após alguns anos recebendo um volume de investimento intenso, finalmente em 2011 conseguiu-se enxergar o resultado dessa estratégia. Neste ano, foram descobertas jazidas, implantados novos projetos e realizada uma ampliação da infraestrutura para escoamento de gás. Além disso, houve um aumento da produção de óleo e gás de grande importância, principalmente no que diz respeito a produção de óleo, que atingiu seu recorde nesse ano, alcançando um patamar de 2,170 mil Boe/d como é possível visualizar no gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Evolução da Produção de Óleo, LGN e Condensado e Gás Natural no Brasil (mil boed)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Relatórios Anuais da Petrobras.

Ainda neste ano, de acordo com o relatório anual da empresa, as 12 refinarias da Petrobras no Brasil processaram 1.862 mil bpd de carga fresca, com utilização média de 92% da capacidade, e produziram 1.896 mil bpd de derivados. Do volume total do petróleo processado, 82% foram provenientes de campos brasileiros. Este resultado demonstra com clareza o bom desempenho alcançado também no refino, fruto dos constantes investimentos na tecnologia e produção, áreas estratégicas dentro do plano de ação da companhia, visando assim assegurar o abastecimento do mercado nacional de derivados.

Na tabela abaixo pode-se perceber um aumento do volume de vendas de derivados no mercado interno quando comparado 2011 a 2010, anos em que se atinge os melhores resultados, o que demonstra a efetividade da estratégia de aumento da capacidade de refino.

Tabela 3 - Volume de Vendas - Mercado Interno Brasileiro (mil barris por dia)

| | 2011 | 2010 |
|------------------|------|------|
| Derivados | | |
| Diesel | 880 | 809 |

| | | |
|--|--------------|--------------|
| Gasolina | 489 | 394 |
| Óleo combustível | 82 | 100 |
| Nafta | 167 | 167 |
| GLP | 224 | 218 |
| QAV | 101 | 92 |
| Outros | 188 | 180 |
| Total de derivados | 2.131 | 1.960 |
| Álcoois, nitrogenados, renováveis e outros | 86 | 99 |
| Gás natural | 304 | 319 |
| Total mercado interno | 2.521 | 2.378 |

Fonte: Relatório Anual da Petrobras (2011), elaboração própria.

Em contrapartida, no ano de 2011 houve uma retração do investimento, a primeira desde o início do governo Lula. Ainda no contexto de crise internacional, o Brasil passa por um período de desaceleração, principalmente na indústria. O investimento não cresce mais como entre 2005 e 2008 e isso pode estar atrelado à incerteza quanto às conjunturas externas e internas. Os investimentos públicos também apresentam retração, principalmente no PAC, programa responsável por grande parte das inversões nos anos anteriores.

Após um ano da posse da presidente Dilma, o ano de 2012 se iniciou com perspectivas de retomada do investimento, visando reduzir a quantidade de importação dos derivados e conseguir atender a demanda interna desta categoria.

Mesmo com o aumento da produção dos derivados, que atingiu 1,997 bpd, um crescimento de 5% em relação a 2011, ainda não foi suficiente para atender a demanda e com isso o lucro líquido da companhia acabou prejudicado, devido ao aumento das importações de derivados a preços mais elevados durante 2012. O aumento de importações não se deu apenas no setor petrolífero, mas em diversos setores, em um cenário no qual trazer produtos bem mais baratos da China era mais vantajoso.

No entanto, esta situação além de ter efeitos negativos sobre a produção interna, impacta também na geração de empregos, que fica prejudicada nos anos posteriores.

Apesar do aumento nos investimentos em relação ao ano anterior, o valor de mercado da Petrobras continuou caindo e atingiu R\$ 226 bilhões,

enquanto seu endividamento que apresentava uma trajetória crescente desde 2008, alcançou um valor líquido de R\$ 147,8 bilhões, o maior durante todo esse período.

Por fim, no ano de 2013 os investimentos chegaram a R\$ 87 bilhões, uma elevação significativa em relação a 2012 e estes foram concentrados nas atividades exploratórias, no desenvolvimento da produção e na infraestrutura logística para o escoamento da produção de petróleo e derivados.

O valor de mercado da companhia caiu ainda mais, saindo de R\$ 226 para R\$ 180 bilhões no fim de 2013. A produção média também apresentou uma redução, uma diminuição de 1,5% relação ao ano anterior, esta deveu-se a diversos fatores relacionados a arranjos específicos na linha de produção.

A produção de derivados de petróleo no País foi recorde, com aumento de 6% em relação a 2012. Ainda foram registrados recordes de produção em agosto, com média diária de diesel e de gasolina de 893 mil bpd e 515 mil bpd, respectivamente. Esses resultados decorrem do aumento da eficiência operacional das unidades de refino e da maior utilização dos ativos logísticos, possibilitando assim a redução das importações de derivados, um reflexo da gestão integrada do sistema de abastecimento.

Entende-se então que o setor de refino de petróleo é de extrema importância para a economia brasileira, visto que possui capacidade ampla de transbordamento de emprego e produção intersetorial. Desta forma, ao alcançar o recorde na produção de derivados, a Petrobras consegue gerar um impacto cada vez maior sobre o nível de emprego e garante a efetivação do seu papel de setor-chave para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, principalmente nesse período em que os outros determinantes do crescimento já não estavam mais tão aquecidos quanto na primeira década dos anos 2000.

Considerações Finais

Ao longo da história, diversas funções foram designadas ao Estado. Em alguns momentos um perfil mais interventor, em outros regulador e até mesmo

o mais alto grau de abstencionismo. O período aqui estudado, chamado de neodesenvolvimentista, tem em suas bases o caráter intervencionista através de políticas estatais fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Quando se observa o crescimento econômico atingido durante os anos de governo PT, reconhece-se a importância do investimento autônomo em gerar transformações produtivas e estruturais e o potencial para gerar, direta e indiretamente, emprego e renda dentro da economia.

Os resultados de anos de uma trajetória crescente nos investimentos da Petrobras iniciada mais precisamente no ano de 2003, são evidenciados quando percebe-se que além de aumentos produtivos, a estatal consegue gerar impacto no nível de emprego formal e na trajetória de investimento de outras indústrias, causando assim um efeito propulsor que beneficia toda a economia.

Sendo assim, percebe-se que um governo pautado no neodesenvolvimentismo, foi fundamental para que o país alcançasse taxas de crescimento do PIB de tamanha relevância durante esses anos e que as políticas anticíclicas implantadas após 2008 foram de grande importância para que o país conseguisse diluir de certa maneira os impactos da crise externa que assolou as grandes economias.

Portanto, fica evidente que a Petrobras tem um papel de grande relevância não apenas no setor em que atua, mas também no desenvolvimento da economia brasileira como um todo, tendo a capacidade de influir sobre diversos setores e atuar como dinamizadora do contexto econômico. Desta forma, se a tendência atual econômica liberal tiver continuidade, o país corre sérios riscos de perder esta importante alavanca propulsora da economia brasileira, tornando ainda mais distante a possibilidade de retomada do crescimento que o país tanto precisa.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **A questão da Empresa Estatal – Economia, Política e Interesse Público**. Rio de Janeiro: RAE – Revista de Administração de Empresas, vol 19, n. 4, 1979.

ALMEIDA, L.F. R. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo**. In. Revista de Serviço Social e Sociologia, São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

BASTOS, Celso Ribeiro – **Curso de Direito Constitucional**, 20ª ed., 1999, p. 449.

BOITO Jr., Armando e BERRINGER, Tatiana. **“A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma”**. Campinas: mimeo. 2012.

BOITO, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV, São Paulo.

Disponível em <<https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em 15 jun 2019

CARNEIRO, Ricardo M. (2005). **Entrevista**. O Economista. 196, p. 4-8. Disponível na internet (<http://www.coreconsp.org.br/jornal/jornal196.pdf>). Acesso em 09/06/2019.

DE CASTRO, Barroso e ALBA, Tereza. **“O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias”** In Revista de Políticas Públicas, vol. 17, núm. 2, 2013, pp. 363-366.

DE OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena – **O Estado empresário. O fim de uma era**, 1997.

ERBER, Fábio S. **As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política**. In. Revista de Economia Política, vol. 31, no 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

LOURAL, Marcelo S. **Investimentos industriais no Brasil: uma análise setorial do período 1999-2013**. Campinas, 2016.

MENEZELLO, Maria D'Assunção Costa. **Agências Reguladoras e o direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOVELLI, J.M.N., **A Questão da Continuidade Da Política Macroeconômica Entre o Governo Cardoso e Lula (1995-2006)**. In. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, n. 36, p. 227-240, Curitiba, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Desenvolvimentismo: O retorno**. Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>>. Acesso em 15jun 2019.

SCHNEIDER, Ben Ross. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: Perspectivas históricas e comparadas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **O Estado empresário brasileiro, notas histórico-ideológicas**. Rio de Janeiro: Cadernos EBAP Nº 85, 1997.